

Sumário

CAPÍTULO I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	17
1. Conflito de interesses e lide	17
2. Funções do direito.....	18
2.1. Direção de condutas	18
2.2. Tratamento dos conflitos	19
3. Modos de tratamento dos conflitos.....	19
3.1. Autocomposição	20
3.1.1. Autotutela	20
3.1.2. Autocomposição (em sentido estrito). Conciliação	21
3.2. Heterocomposição	31
4. Direito material e direito processual. Instrumentalidade do processo.....	33
5. Constitucionalização do processo civil e neoprocessualismo.....	35
CAPÍTULO II ► NORMA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	39
1. Norma processual: objeto e natureza	39
2. Fontes de norma processual.....	44
3. Lei processual no espaço	52
4. Lei processual no tempo. Sistema de isolamento dos atos processuais	54
CAPÍTULO III ► NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	67
1. Noções iniciais	67
2. Devido processo legal	68
3. Contraditório e ampla defesa	73
4. Boa-fé e cooperação	81
5. Inafastabilidade da jurisdição.....	85
6. Efetividade	88
7. Duração razoável do processo	88
8. Adequação	91
9. Eficiência	93
10. Igualdade	95
11. Publicidade	101
12. Juiz natural.....	104
13. Motivação das decisões	110

14. Primazia da decisão de mérito	112
15. Autorregramento da vontade no processo.....	113
CAPÍTULO IV ► JURISDIÇÃO.....	117
1. Conceito	117
2. Características	118
2.1. Imparcialidade e imparcialidade	118
2.2. Substitutividade	119
2.3. Imperatividade e inevitabilidade	120
2.4. Criatividade judicial	122
2.5. Inércia (dispositivo e inquisitivo).....	123
2.6. Litigiosidade	126
2.7. Insusceptibilidade de controle externo.....	127
2.8. Definitividade	127
3. Escopos	128
3.1. Jurídico	128
3.2. Social	128
3.3. Político.....	129
4. Espécies	130
4.1. Estatal e arbitral	130
4.2. Comum e especial.....	136
4.3. Civil e penal	137
4.4. Contenciosa e voluntária	137
5. Jurisdição voluntária.....	138
CAPÍTULO V ► AÇÃO	143
1. Evolução do conceito de ação. Principais teorias	143
1.1. Teoria Imanentista (Civilista ou Clássica)	143
1.2. Teorias autonomistas	145
1.2.1. Teoria do direito concreto de agir.....	145
1.2.2. Teoria do direito abstrato de agir	147
1.3. Teoria Eclética	148
1.4. Teoria da asserção.....	153
1.5. Quadro sintético.....	156
2. Ação abstrata e concreta. Demanda	157
3. Elementos da demanda	158
3.1. Noções iniciais.....	158
3.2. Parte.....	160
3.3. Pedido	160
3.3.1. Pedido imediato e mediato. As modalidades de tutela jurisdic- cional.....	160
3.3.2. Importância.....	165
3.4. Causa de pedir.....	166

3.4.1. Conceito. Teoria adotada	166
3.4.2. Subdivisão. Causa de pedir próxima e remota	169
4. Condições da ação	173
4.1. Noções iniciais.....	173
4.2. Interesse de agir.....	176
4.3. Legitimidade <i>ad causam</i>	181
CAPÍTULO VI ► PROCESSO E PRESSUPOSTOS.....	189
1. Conceito de processo. Principais teorias.....	189
1.1. Processo como contrato ou quase contrato	189
1.2. Teoria do processo como relação jurídica	190
1.3. Teoria do processo como situação jurídica.....	191
1.4. Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	192
1.5. Teoria do processo como procedimento animado por relação jurídica.....	193
2. Generalidades.....	194
2.1. Conceito.....	194
2.2. Características gerais	194
2.3. Sistematização.....	195
3. Pressupostos de existência	196
3.1. Subjetivos	196
3.1.1. Capacidade de ser parte. Abrangência e controvérsias.....	196
3.1.2. Investidura.....	198
3.2. Objetivo. Provocação inicial, demanda ou pedido?.....	198
3.3. Citação do réu como pressuposto de existência.....	199
4. Pressupostos de validade	201
4.1. Subjetivos	202
4.1.1. Capacidade processual (ou de estar em juízo)	202
4.1.2. Capacidade postulatória	210
4.1.3. Competência	213
4.1.4. Imparcialidade.....	214
4.2. Objetivos.....	215
4.2.1. Intrínseco	215
4.2.2. Extrínseco (ou negativos).....	217
5. Leitura constitucional.....	222
6. Análise do seu preenchimento. Art. 485, <i>caput</i> , e § 3.º, art. 486, e art. 337, § 5.º, CPC	222
7. Superação da ausência do pressuposto processual para análise do mérito. Arts. 282, § 2º, e 488, CPC.....	224
CAPÍTULO VII ► ATOS E VÍCIOS PROCESSUAIS.....	227
1. Conceito de atos processuais	227
2. Características dos atos processuais.....	231
3. Classificação dos atos processuais	233

3.1. Atos das partes.....	233
3.2. Atos do juiz.....	236
3.2.1. Decisões e despachos.....	236
3.2.2. Decisões do juízo singular.....	237
3.2.3. Decisões do juízo colegiado.....	238
3.2.4. Importância da classificação.....	239
3.2.5. Quadro sinótico.....	239
3.2.6. Forma dos pronunciamentos judiciais. Art. 205, CPC.....	240
3.3. Atos dos auxiliares.....	240
4. Formas dos atos processuais.....	242
5. Prática eletrônica dos atos processuais.....	244
6. Lugar dos atos processuais.....	250
7. Tempo dos atos processuais.....	251
8. Vícios processuais.....	254
8.1. Generalidades.....	254
8.2. Classificação dos defeitos e nulidades. Regime jurídico.....	254
8.2.1. Galeno Lacerda.....	254
8.2.2. Classificação de Teresa Arruda Alvim Wambier.....	256
8.2.3. Classificação de Fredie Didier Jr.....	257
8.3. Princípios correlatos.....	258
8.3.1. Instrumentalidade das formas (ou transcendência). Arts. 277, 281, segunda parte, 282, § 1.º e 283, CPC.....	258
8.3.2. Aproveitamento dos atos processuais. Fungibilidade. Art. 277, CPC.....	259
8.3.3. Sanabilidade.....	260
8.3.4. Lealdade ou proteção. Vedação ao venire contra factum proprium. Art. 276, CPC.....	261
CAPÍTULO VIII ► COMPETÊNCIA.....	265
1. Conceitos fundamentais.....	265
2. Determinação da competência. Disciplina legal.....	266
3. Competência absoluta e relativa.....	268
4. Competência internacional (dos limites da jurisdição nacional) e interna.....	273
4.1. Noções introdutórias.....	273
4.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa.....	277
4.2.1. Conceito.....	277
4.2.2. Sentença estrangeira e sua homologação.....	277
4.2.3. Hipóteses legais.....	281
4.2.4. Litispendência e conexão. Art. 24, CPC.....	283
4.3. Competência internacional exclusiva.....	284
4.4. Foro de eleição exclusivamente estrangeiro.....	287
4.5. Incompetência internacional.....	291
4.6. Competência interna. Critérios determinativos.....	291
4.6.1. Critérios objetivos.....	291

4.6.2. Critério subjetivo. Competência em razão da pessoa	295
4.6.3. Critério funcional	295
4.6.4. Critério territorial	296
5. Competência territorial	299
5.1. Foro das ações pessoais e reais mobiliárias (comum ou geral). Art. 46, CPC.....	299
5.2. Foro das ações reais imobiliárias. Art. 47, CPC	301
5.3. Outros foros	304
6. Perpetuação da competência. Art. 43, CPC	314
7. Modificação de competência	316
7.1. Noções gerais.....	316
7.2. Modificação voluntária tácita. Não arguição de incompetência. Art. 65, CPC.....	318
7.3. Modificação voluntária expressa. Foro de eleição. Art. 63, CPC.....	318
7.4. Modificação legal. Conexão e continência. Arts. 54-59, CPC.....	325
8. Cooperação Judiciária nacional e modificação de competência	332
9. Conflito de competência.....	338
9.1. Conceito e cabimento	338
9.2. Legitimidade	339
9.3. Competência	340
9.4. Procedimento	343
10. Competência da Justiça Federal	345
10.1. Competência dos juízos federais (1ª instância)	345
10.1.1. Em razão da pessoa.....	345
10.1.2. Em razão da função. Art. 109, X, segunda parte, CF.....	351
10.1.3. Em razão da matéria.....	352
10.2. Competência territorial da Justiça Federal. Art. 109, §§ 1º-3º, CF.....	355
10.3. Competência do Tribunal Regional Federal (2ª instância). Art. 108, CF.....	359
CAPÍTULO IX ► SUJEITOS PROCESSUAIS.....	363
1. Noções introdutórias	363
2. Partes.....	364
2.1. Generalidades	364
2.2. Sucessão processual	364
2.3. Alienação do direito ou coisa litigiosa	366
2.4. Deveres e responsabilidade das partes	370
3. Advogado	380
4. Advocacia Pública	385
5. Defensoria Pública	387
6. Ministério Público	391
6.1. Generalidades	391
6.2. O Ministério Público como órgão agente (parte).....	393

6.3. O Ministério Público como órgão interveniente (fiscal da ordem jurídica).	395
6.4. Prazos processuais	398
7. Juiz	400
8. Auxiliares de Justiça	406
8.1. Generalidades	406
8.2. Escrivão	407
8.3. Oficial de justiça	410
8.4. Depositário e administrador	411
8.5. Intérprete e tradutor	413
8.6. Mediador e conciliador.....	413
9. <i>Amicus Curiae</i>	417
CAPÍTULO X ► LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	425
1. Litisconsórcio	425
1.1. Considerações gerais.....	425
1.2. Classificação	426
1.3. Litisconsórcio necessário. Consequências para sua ausência.....	431
1.4. Cabimento do litisconsórcio. Litisconsórcio multitudinário	444
2. Intervenção de terceiros.....	451
2.1. Noções gerais.....	451
2.2. Assistência	453
2.3. Denúnciação da lide	467
2.4. Chamamento ao processo.....	477
2.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	484
2.6. Quadro Sinótico	495
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	499